

HABEAS CORPUS Nº 514.675 - MG (2019/0164980-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : MARUZAN ALVES DE MACEDO
ADVOGADOS : MARUZAM ALVES DE MACEDO - MG041134
RAMON RIBEIRO DE MACEDO - MG126084
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JEFFERSON BALTAZAR DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JEFFERSON BALTAZAR DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.19.054678-8/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 18/052019, pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 129, § 9.º, do Código Penal e 24-A da Lei n.º 11.340/2006, em razão do descumprimento das medidas protetivas concedidas em favor da Vítima.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, tendo o Tribunal estadual denegado a ordem (fls. 11-14).

Nas razões deste *writ*, o Impetrante sustenta, em suma, a ausência dos requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da segregação cautelar do Paciente ou a sua substituição por medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o acórdão combatido (fls. 13-14; sem grifos no original):

"[...]

Observa-se, ao exame dos autos do mandamus, que o Magistrado, ao converter a prisão em flagrante delito em prisão preventiva, o fez de modo absolutamente fundamentado, como determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, que prevê o Princípio do livre convencimento fundamentado ou da persuasão racional do juiz, com

supedâneo no art. 312 do CPP, à vista da comprovada materialidade, de indícios de autoria e a fim de acautelar a ordem pública e a integridade física e psicológica da vítima (Ordem nº 12).

A 'Lei Maria da Penha' visou principalmente dar maior proteção à mulher que se vê agredida no âmbito doméstico e familiar.

Verifica-se que o paciente descumpriu as medidas protetivas anteriormente impostas em favor da ofendida (Ordem nº 13).

Em verdade, a prisão preventiva se mostra necessária neste interregno processual para se evitar que novos fatos possam alavancar a animosidade já existente entre acusado, vítima, familiares desta e testemunhas."

Com se vê, a necessidade da decretação da prisão preventiva está motivada especialmente em razão do descumprimento das medidas protetivas determinadas em desfavor do Paciente, fundamento que não se mostra, em um juízo de cognição sumária, desarrazoado ou ilegal, nos termos do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

Nesse sentido, igualmente:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. AMEAÇA. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO RÉU. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. O Tribunal a quo assinalou a necessidade da constrição diante da necessidade de proteção à integridade física e psíquica da vítima, diante do reiterado descumprimento das medidas protetivas de urgência fixadas pelo Juízo, com base na Lei Maria da Penha.

2. A prisão preventiva do Paciente está devidamente fundamentada, haja vista que a jurisprudência considera idônea a decretação da custódia cautelar fundada no descumprimento de medidas protetivas, de acordo com o previsto no art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

3. Ordem de habeas corpus denegada." (HC 467.591/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe de 19/12/2018; sem grifos no original.)

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo singular e ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais relacionadas ao caso em concreto, a serem instruídas com senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora

